

O atestado de pobreza

O brasileiro ficou mais pobre, em 1982. A revelação, feita em relatório do Banco Central, não chega a causar surpresa a ninguém e nem indica uma mudança do comportamento de nossa economia nesse início de década, pois em 1981 a renda per capita também havia caído. Isso quer dizer que, desde que entramos nos anos 80, o crescimento de nossa população vem sendo superior à expansão de nossa economia, contrariando o desempenho observado na década anterior, quando a renda per capita cresceu, em média, 6%.

A perspectiva do terceiro ano da década, exatamente o que estamos vivendo, não parece ser melhor, já que ao fim do terceiro mês o nível de oferta de empregos caiu nas dez principais capitais do país, denunciando uma retração gradual nos meios de produção.

Discutem-se, a todo nível, as razões da elevação da taxa de juros, sendo pródiga a malha das teorias. As propostas de contenção nem sempre permanecem nos estritos limites dos conceitos de livre iniciativa que regem nossa economia. Ainda recentemente propôs-se, formalmente, numa das casas do Congresso Nacional, a estatização dos bancos como fórmula de uma nova ordem econômica interna. Na polêmica que se instituiu, a respeito do assunto, os banqueiros acusaram o Estado de ser ele, através do déficit público, o grande causador da elevação das taxas de juros. Um jornal carioca realizou uma pesquisa e descobriu que 60 dos 66 senadores são favoráveis à intervenção do Estado na economia, para o tabelamento dos juros.

Abstraidas as causas (ou as tentativas de sua identificação), consensual é a tese de que o bem mais caro em circulação, no país, é exatamente o dinheiro. E isso acabará por conduzir o Estado, fatalmente, a uma reformulação estrutural de nossa ordem econômica, que hoje privilegia de forma inequívoca o Capital, em detrimento do Trabalho, do sistema de produção. A intuição decorre, basicamente, do

aquecimento do processo político como elemento de apoio na administração pública. A excitação do mercado financeiro grava de maneira perniciosa o sistema de produção e provoca a redução do seu ritmo e, em consequência, a diminuição da oferta de empregos.

O renascimento da democracia entre nós corresponde ao declínio do império da tecnocracia que, se teve expressivos resultados econômicos na década de 70, provou não ter conseguido acompanhar a dinâmica social do país, nesses dois últimos anos. O fortalecimento do poder político em assuntos de natureza sócio-econômica (o mais notável sendo a recente aproximação do PDS e do PTB, induz o observador à previsão de um próximo momento decisório entre a prevalência do Capital ou do Trabalho, ou de um relacionamento mais justo entre eles.

As pressões sociais, aliadas agora a um generalizado descontentamento das classes empresariais de produção, dirigem-se fundamentalmente contra a administração do Capital como um fim. O frio tratamento dispensado às questões de valorização do homem não se adequa ao potencial que a sociedade brasileira começou a recuperar, em função da abertura política. E tal atitude não pode ser debitada, exclusivamente, ao Estado que tem praticado um capitalismo selvagem, é bem verdade, através de algumas de suas empresas mais destacadas. São os grandes conglomerados financeiros, nacionais ou estrangeiros, pouco importa, que representam o maior fantasma da Nação, apesar de inseridos no contexto da livre iniciativa. O dinheiro que gera o dinheiro a qualquer custo, desestimula os que produzem e avilta a qualidade da vida dos que consomem. Só o poder político terá condições de restabelecer o equilíbrio necessário ao desenvolvimento do povo brasileiro. Será ele, afinal, o fiel da balança da decisão do Estado.